

Pesquisa de associação do setor aponta que inadimplência de prefeituras em todo o país chega a R\$ 7,56 bilhões; saída é recorrer a empréstimo em bancos

Crise leva cidades a dar calote em serviço de limpeza urbana

GESTÃO

Luana Meneghetti
São Paulo
luana.meneghetti@dc.com.br

Empresas de limpeza urbana enfrentam dificuldades para manter suas operações por conta da falta de pagamento por parte das prefeituras. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o valor devido pelas gestões municipais de todo o país já atinge R\$ 7,56 bilhões, podendo atingir R\$ 10 bilhões até o fim do ano.

De acordo com o presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (Selur), Márcio Matheus, essa situação é recorrente em todo final de exercício e de mandato. Porém, este ano o cenário ficou ainda mais crítico por conta da retração da economia.

Entre as 26 capitais brasileiras analisadas pelo Selur, com exceção de Florianópolis, já se constata um nível de inadimplência de 36% nos contratos dos serviços pelas prefeituras, índice que pode atingir 40% até o final de 2016. Matheus explica que muitas empresas entraram na Justiça pela falta de pagamento, mas foram obrigadas a continuar trabalhando "por se tratar de um serviço essencial à população". Além disso, muitas delas temem perder o contrato e os investimentos feitos durante todo o ano.

"Quando a prefeitura faz o contrato com a empresa de limpeza ela prevê um recurso consignado no orçamento. Então não há justificativa para não pagar um serviço que já estava previsto e contratado, ainda mais por, como eles mesmo afirmam, ser essencial para a cidade e a população", argumenta Matheus.

Sobre os atrasos no pagamento, a principal justificativa das prefeituras é a queda na arrecadação de impostos, seguida da falta ou redução de repasses de recursos federais e estaduais. "O que preocupa as empresas é que a situação econômica dos municípios não apresenta sinais de melhora", afirma o diretor-presidente da Abrelpe,



Funcionários da empresa Quitaúna, de Guarulhos, estão em greve por falta de pagamento de salários

10 BI

● de reais é a estimativa da Selur de inadimplência das prefeituras até o fim do ano

75%

● das empresas já promoveram demissões e 20% estão avaliando situação

dimplância se mantiver. Segundo a entidade, 75% das empresas já promoveram demissões e outras 20% estão avaliando ou já têm previsão de cortar pessoal.

Com a falta de recursos financeiros e de mão de obra para realizar os serviços de limpeza, o presidente do Selur alerta sobre a dificuldade das empresas em destinarem os resíduos para local adequado. "As empresas precisam levar o lixo para os aterros sanitários e, muitas vezes, eles ficam longe da cidade. Esse percurso encarece ainda mais o serviço. Por isso acredito que tem muito lixo sendo destinado a local indevido", diz.

Segundo a pesquisa da Abrelpe, 75% das empresas já suspenderam parte dos serviços prestados às prefeituras. Ontem (12), funcionários da empresa Quitaúna, que fazem a varrição de ruas e a coleta de lixo da cidade de Guarulhos, entraram em greve por falta de pagamento dos salários.

Para continuar operando, muitas empresas recorreram a empréstimos em bancos. De acordo com a Abrelpe, empréstimos com juros altos impactam em 30% a receita das empresas e, em alguns casos, em 70% do total a receber. Segundo o presidente do Selur, todas as companhias já decidiram suspender seus investimentos. "Só no Brasil uma em-

presaria contratada pela prefeitura precisa buscar recurso da iniciativa privada para conseguir prestar um serviço que já estava previsto no orçamento da gestão municipal", enfatiza.

Empresas

A Corpus, que presta serviços para as cidades de Indaiatuba, Paulínia, Tietê, Elias Fausto, Salto, São Paulo, Valinhos, Osasco (todas em SP), Vila Velha, Aracruz e Vitória (ES), espera, há mais de um ano, receber R\$ 120 milhões. Segundo o diretor da Corpus Saneamento e Obras, Ricardo Valente, a empresa faz inúmeras tentativas de negociação. Ele avalia que a cobrança de taxas é a solução para a sobrevivência do setor.

A Revita, do Grupo Solvi, atua em 350 cidades do Brasil e espera o pagamento de R\$ 200 milhões. "Nossa expectativa é que as prefeituras consigam cumprir o contrato que assinaram com as empresas. Na prática, é como se um pedaço da fatura não estivesse sendo pago mensalmente", diz o diretor presidente da Revita Engenharia, Lucas Feltre.

A Estre, que atua em São Paulo, São José dos Campos, Taboão da Serra, Américo Brasiliense e Jaú, não revela quanto espera receber, mas o diretor André Meira afirmou que a Prefeitura de São Paulo é a única com as contas em dia.